

CORREIO ECONÔMICO

POR MARTHA IMENES

Alexandre Macieira - Riotur



Ata deixa claro que política contracionista deve prosseguir

BC sinaliza corte de juros em março, mas com cautela

O Banco Central (BC) indicou que deve começar a reduzir os juros na próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), marcada para março. A autoridade monetária não informou de quanto será o corte e reforçou que os juros continuarão altos para manter a inflação sob controle.

Na reunião da semana passada, o Copom manteve a taxa Selic em 15% ao ano, o maior nível desde 2006. A Selic é usada pelo BC para controlar a inflação: quando sobe, o crédito fica mais caro e o consumo diminui, ajudando a segurar os preços. Por outro lado, juros altos também podem frear o crescimento da economia.

Inflação mais baixa abre espaço

Segundo a ata divulgada pelo BC, a inflação está mais baixa e os efeitos da política monetária estão mais claros, o que abre espaço para reduzir os juros. Mas o ritmo dessa queda dependerá da evolução da economia e da confiança de que a inflação vai se manter dentro da meta, que é de 3% ao ano, podendo variar entre 1,5% e 4,5%. A previsão do mercado para 2026 é de 3,99%, dentro do limite.

Marcello Casal JR/Agência Brasil



Dados do Caged apontam recuperação do mercado

Fatores que pressionam os preços

O Banco Central destacou que ainda existem fatores que pressionam os preços, como o mercado de trabalho aquecido, com desemprego baixo e salários em alta. Mesmo assim, a economia mostra sinais de crescimento moderado.

De acordo com o boletim Focus, o mercado espera que a Selic caia para 14,5% em março e chegue a 12,25% até o fim de 2026. No cenário internacional, o BC vê incertezas ligadas à economia dos Estados Unidos e tensões geopolíticas, o que exige cautela dos países emergentes.

Saúde das contas públicas

No Brasil, o controle da inflação também depende da saúde das contas públicas. Se houver dúvidas sobre a capacidade de pagar a dívida, os investidores exigem juros mais altos. Por isso, o BC reforçou que é essencial manter disciplina fiscal e avançar em reformas estruturais. Sem isso, o custo de reduzir a inflação pode ser maior e a política monetária perde força.

Petróleo em alta

Em 2025, o Brasil produziu 4,897 milhões de barris de óleo equivalente (boe) por dia, o maior volume já registrado no país. Esse número é 13,3% maior que o de 2024. Os dados são da Agência Nacional do Petróleo (ANP). O petróleo responde por 3,770 milhões de barris por dia, e o gás natural por 179 milhões de m³ por dia.

Óleo equivalente

O barril de óleo equivalente (boe) é uma medida que permite somar petróleo e gás natural, convertendo o gás para o mesmo valor energético de um barril de petróleo. A indústria extrativa foi destaque no crescimento da economia: enquanto a produção industrial geral subiu apenas 0,6%, a extrativa avançou 4,9%.

Desempenho

O salto na produção se deve, em parte, à entrada em operação de quatro novas plataformas de petróleo (FPSO) no pré-sal da Bacia de Santos: Almirante Tamandaré (fevereiro), Alexandre de Gusmão (maio), Bacalhau (outubro), Petrobras 78 (dezembro).

Pré-sal domina

O pré-sal respondeu por quase 80% da produção nacional. O pós-sal ficou com 15,45%. Campos em terra representaram 4,92%. Os maiores campos produtores foram: Tupi, Búzios, Mero, Itapu e Jubarte. A Bacia de Santos concentrou 77,8% da produção marítima, seguida pela Bacia de Campos (19,7%).

Estados e Petrobras

De acordo com o balanço da ANP, o Rio de Janeiro lidera com 87,8% da produção de petróleo. O Espírito Santo assumiu a vice-liderança em 2025, à frente de São Paulo. A Petrobras segue como maior produtora: em dezembro, respondeu por 90% da produção total.

A estatal

Sediada no Rio de Janeiro, a Petrobras é a maior produtora de petróleo e gás do país. Em dezembro, os campos operados pela estatal em consórcio com outras petroleiras ou não responderam por 90,03% da produção nacional. Os campos em que a Petrobras opera sozinha produziram 23,9% da produção em dezembro.



Meu INSS ficou offline e apresenta instabilidade

Atualização do sistema do INSS provoca inoperância

Ofício da Diretoria de Benefícios aponta falhas na migração do CV3

Por Martha Imenes

Após paralisar as atividades da Central de Atendimento 135, plataforma e site Meu INSS e as Agências da Previdência Social (APS) para migração integral do sistema CV3, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) enviou ontem um comunicado oficial às suas unidades regionais e gerências-executivas sobre os efeitos da atualização, concluída entre os dias 28 e 31 de janeiro, apontando que os serviços não migraram totalmente. Na avaliação de especialistas, o não funcionamento pleno causa prejuízos à população e também aos servidores. “É necessário que haja a completa normalização dos serviços para evitar ainda mais prejuízos à população que necessita dos serviços previdenciários. É importante comunicar sobre as inoperâncias e esperamos que elas sejam pontuais e não seja preciso paralisar os serviços”, avalia a advogada Adriane Bramante, diretora do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário.

Ofício Circular

O documento ao qual o Correio da Manhã teve acesso pontua lista as principais inoperâncias identificadas após a atualização tecnológica e estabelece prazos para a normalização dos serviços.

O advogado João Badari, do Instituto de Estudos Previdenciários chama atenção para os reflexos que a falta de operabilidade do sistema pode causar: “Qualquer instabili-

dade em um sistema que já opera no limite tende a ampliar a fila, alongar o tempo de análise e gerar represamento de requerimentos. O efeito não é imediato apenas, ele se acumula e demora a ser absorvido, mesmo após a normalização”.

Entre os benefícios afetados estão:

- Auxílio-acidente e auxílio por incapacidade temporária (previdenciário e acidentário), com previsão de retorno em 9 de fevereiro.
- Certidão de Tempo de Contribuição (CTC), cuja emissão, revisão e cancelamento permanecem indisponíveis até 2 de março.
- Concessões que dependem da revisão ou cancelamento de CTCs anteriores e benefícios que exigem cessação de benefícios inacumuláveis também estão suspensos.
- Revisões comuns de benefícios, exceto pensões por morte com desdobramentos, acumulados e revisões extraordinárias do artigo 29, devem ser retomadas em 9 de fevereiro.
- Revisões de pensões por morte com desdobramentos e casos específicos do artigo 29 voltarão em 2 de março.

‘Erro geral’

O INSS também alerta para falhas em atualizações de procuradores, representantes legais, registros de cárcere e isenção de Imposto de Renda, que podem apresentar “erro geral” e exigem conferência manual dos servidores.